

Inspeção judicial no Pará ouve comunidades afetadas por obra no Pedral do Lourenço

Foto: Reprodução | A ação tem como objetivo ouvir moradores sobre os possíveis efeitos socioambientais da intervenção, prevista no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Representantes da Justiça Federal e do Ministério Público Federal (MPF) realizam, nesta segunda (29) e terça-feira (30), uma inspeção judicial nas comunidades ribeirinhas que podem ser diretamente impactadas pela obra de derrocamento do Pedral do Lourenço, no rio Tocantins.

A ação tem como objetivo ouvir moradores sobre os possíveis efeitos socioambientais da intervenção, prevista no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A obra consiste na retirada de rochas submersas, com uso de explosivos, em um trecho no Rio Tocantins para viabilizar a navegabilidade de grandes embarcações.

Preocupações das comunidades

A primeira visita da inspeção ocorreu na Vila Tauiry, zona rural de Itupiranga, sudeste do Pará. Durante a audiência pública, comunidades tradicionais apresentaram suas preocupações com o projeto, que prevê a remoção de rochas em um trecho de cerca de 35 km do rio Tocantins, com o objetivo de torná-lo navegável durante todo o ano.

“O pedido de inspeção judicial é uma forma de garantir que as comunidades afetadas sejam ouvidas diretamente pela Justiça”, explicou o procurador da República Rafael Martins.

O projeto do governo federal estima que, após a obra, o transporte fluvial pela hidrovia Tocantins-Araguaia possa

alcançar entre 20 e 60 milhões de toneladas de cargas por ano, principalmente de produtos agrícolas e minerais oriundos do Centro-Oeste com destino aos portos do norte paraense.

No entanto, o empreendimento é alvo de críticas por parte de ambientalistas, pesquisadores e moradores da região. Eles alertam para os impactos ambientais da explosão das rochas e para os riscos às cerca de 20 comunidades que vivem às margens do rio.

“Noventa e cinco por cento da nossa comunidade vive da pesca e 100% da agricultura familiar. Isso aqui é nossa vida. Nós precisamos ser ouvidos, é um direito nosso”, afirmou Ronaldo Macena, ribeirinho.

Maria José, moradora da comunidade quilombola São José de Icatu, no município de Baião, também teme os impactos que a obra pode causar. “A gente depende do rio. Se ele muda, tudo muda com ele. O medo é grande”, declarou.

Apoiadores

Apesar das críticas, há quem defenda a continuidade da obra. “Enquanto os navios trafegam pela costa brasileira lá no Sul, aqui a gente continua com dificuldade para escoar nossa produção. Essa obra representa desenvolvimento”, argumentou o microempresário Elias Cunha.

O prefeito de Itupiranga, Wagner Godoy, também se posicionou favorável ao projeto: “A gente entende que essa obra é importante não apenas para Itupiranga, mas para toda a região Norte. O desenvolvimento não pode parar.”

Obra suspensa

A obra de derrocamento está suspensa desde julho deste ano, quando a Justiça Federal proibiu o início dos trabalhos e anulou a licença ambiental emitida pelo Ibama. A principal justificativa foi a existência de falhas no processo de

licenciamento.

“Nossa expectativa é que a decisão da Justiça seja baseada na escuta das comunidades e na correção de todas as irregularidades. O MPF quer garantir que os direitos dessas populações sejam respeitados”, concluiu o procurador Rafael Martins.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 01/10/13:25:07

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- [984046835](tel:93984046835) (Claro)

*- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com*